



**AUTOGRAFOS DE LEI Nº14/2025 DE 18 DE AGOSTO DE 2025  
REF. AO PROJETO DE LEI Nº007/2025**

PROTOCOLADO Nº 290/2025

DATA 12/11/2025

HORA 09:33

Assessoria Administrativa

Andressa Araujo L. Farias  
Assessora Administrativa  
Ato nº 096/2025

“ Institui o imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, município de Maurilândia do Tocantins - TO.”

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS – TO**, aprovou, e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições legais e constitucionais sanciono em Autografo a seguinte Lei:

**CAPITULO I**

**DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANO**

**SEÇÃO I**

**DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE**

**Art. 1º** - O imposto sobre a propriedade territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de terreno localizado na zona urbana do Município, observando-se o disposto no artigo 3º e seu parágrafo.

§ 1º – Considera-se ocorrido o fato gerador, para todos os efeitos legais, em 1º de janeiro de cada ano, sendo o imposto anual e na forma da Lei civil e transmite aos adquirentes.

§ 2º – Para os efeitos deste imposto, entende-se como Zona Urbana, a definida em Lei Municipal.

**Art. 2º** - O imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de terreno que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado comprovadamente, em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial.

§ 1º - Respodem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo

Publicado em 24/11/2025

Local Maurilândia

Responsável Pela Publicação





possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitados na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer rótulo do imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, isenta do imposto ou imune.

**Art. 3º** - As zonas urbanas, para os efeitos deste imposto, são aquelas fixadas por Lei, nas quais existam pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - Meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - Abastecimento de água;

III - Sistema de esgotos sanitários;

IV - Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - Escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de três quilômetros do terreno considerado.

§ 1º – Considera-se ocorrido o fato gerador para todos os efeitos legais em 1º de janeiro de cada exercício financeiro.

§ 2º – Para os efeitos deste imposto, considera-se a delimitação da zona urbana as áreas indicadas no perímetro urbano e sustentável do Município de Maurilândia do Tocantins e seus anexos, conforme os descritos nos incisos seguintes:

I – A cidade de Maurilândia do Tocantins, como sede municipal;

§ 3º - Ainda que localizadas fora da zona urbana do Município, segundo definida pelo artigo anterior, considerar-se-ão áreas urbanizáveis ou de expansão às destinadas à habitação, inclusive residências de recreio, à indústria ou ao comércio, a seguir enumeradas e descritas no Anexo I desta Lei:

I – as áreas pertencentes a parcelamento de solo regularizado pela





Administração Municipal, mesmo que executados irregularmente;

II – as áreas pertencentes a loteamentos aprovados, nos termos da legislação pertinente;

III – as áreas dos conjuntos habitacionais, aprovados e executados nos termos da legislação pertinente;

IV – as áreas com uso ou edificação aprovada de acordo com a legislação urbanística de parcelamento, uso e ocupação do solo e de edificações.

V – As Vilas e Setores: Centro, Vila João Moraes, Vila São Cristovão I, Vila São Cristovão II, Vila São Raimundo e Setor Natal.

**Art. 4º** - Também são consideradas zonas urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados a habitação, ao comércio ou a indústria, mesmo que localizadas fora das zonas definidas nos termos do artigo anterior.

**Art. 5º** - Para os efeitos deste imposto, considera-se terreno o solo sem benfeitoria ou edificação, e o terreno que contenha:

I - Construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;

II - Construção em andamento ou paralisada;

III - Construção em ruínas, em demolição, condenada ou interditada;

IV - Construção que a autoridade competente considere inadequada, quanto a área ocupada, para a destinação ou utilização pretendida.

**Art. 6º** - O contribuinte deste imposto conforme **Art. 2º**, é o proprietário o titular do domínio útil, ou o possuidor do imóvel, a qualquer título, que contenha ou não construção.

**§1º** - São também contribuintes o promitente comprador imitido na posse, posseiro, ocupantes ou comodatários de imóveis pertencentes à União, Estado ou Município ou a quaisquer outras pessoas isentas ou imunes.

**§2º** - Não são contribuintes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana os titulares de domínio útil ou possuidor a qualquer título





de terreno que, mesmo localizado na zona urbana, ou área de expansão urbana, seja utilizado comprovadamente em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, com área superior a 1 (um) hectare, sendo nestes casos devido o Imposto Territorial Rural – ITR, de competência da União.

§3º - Para obtenção do que trata o paragrafo anterior deste artigo, a parte interessada requererá até 31 de março de cada exercício instruindo o requerimento com os seguintes documentos:

I – Atestado emitido por órgão oficial, que comprove sua condição de agricultor, avicultor, pecuarista ou agro-industrial desenvolvida no imóvel;

II – Cópia do respectivo certificado de cadastro expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;

III – Notas fiscais, notas de produtor ou outros documentos fiscais ou contábeis que comprovem a comercialização da produção rural.

## SEÇÃO II DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

**Art. 7º** - A base de cálculo do imposto é o valor venal do terreno, ao qual se aplicam as alíquotas (fator de correção) a seguir previstas (ANEXO III):

ALÍQUOTAS DO IMPOSTO PREDIAL URBANO			
ZONEAMENTO	TIPO DE IMÓVEL (FATORES DE CORREÇÃO)		
	RESIDÊNCIAIS	MISTAS RESIDÊNCIAIS / COMERCIAIS	LOTES BALDIOS
A	1,00%	1,50%	2%
B	1,00%	1,50%	2%
C	0,80%	1,50%	2%

ZONA ESPECIAL I CHÁCARAS NO PERIMETRO URBANO	
ZONA ESPECIAL	FATOR DE





ÁREAS CONSTRUIDAS	CORREÇÃO 0,50%
-------------------	-------------------

**Paragrafo Único:** O zoneamento citado neste artigo estará definido no Anexo I desta Lei.

**Art. 8º** - O valor venal do terreno será obtido pela multiplicação de sua área do imóvel, pelo valor do metro quadrado do terreno, aplicados a porcentagem dos fatores de correção. **(Anexo III - BASE DE CÁLCULO PARA O VALOR VENAL será a fórmula:  $V = A \times V.M^2 \times \% \text{ DO FATOR DE CORREÇÃO}$ )**

**Parágrafo Único** – Na determinação do valor do bem imóvel não serão considerados:

I - O valor dos bens móveis nele mantidos, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, aforseamento ou comodidade;

II - As vinculações restritas do direito de propriedade e o estado de comunhão;

III - O valor das construções ou edificações, nas hipóteses previstas no artigo 7º.

**Art. 9º** - O Poder Executivo editará mapas contendo (Anexo I):

I - Valores de metro quadrado de terreno (UFM) segundo sua localização;

II - Fatores de correção (%).

**Art. 10º** - Os valores constantes dos mapas serão atualizados anualmente por Decreto do Executivo.

### SEÇÃO III DA INSCRIÇÃO

**Art. 11º** - A inscrição no cadastro fiscal imobiliário é obrigatória, devendo ser promovida, separadamente, para cada terreno de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, mesmo





que sejam beneficiados por imunidade ou isenção.

**Parágrafo Único** – São sujeitos a uma só inscrição, requerida com a apresentação da planta ou croqui:

I - As glebas sem quaisquer melhoramentos;

II - As quadras indivisivas das áreas arruadas;

**Art. 12º** - O contribuinte é obrigado a promover a inscrição em formulário especial (**ANEXO II – FICHA DE CADASTRO DE IMÓVEL - FCI**), no qual, sob sua responsabilidade, sem prejuízo de outras informações que poderão ser exigidas pela Prefeitura, declarará:

I - Seu nome e qualificação;

II – Endereço atualizado de residência com apresentação de comprovantes;

III - Localização, dimensões, áreas e confrontações do terreno;

IV - Uso a que efetivamente está sendo destinado o terreno;

V - Informações sobre o tipo de construção, se existir;

VI - Valor constante do título aquisitivo;

VII - Tratando-se de posse, indicação do título que a justifica, se existir;

VIII - Endereço para a entrega de avisos de lançamento e notificação.

**Parágrafo Único:** No ato de inscrição será gerado um numero de Inscrição no Cadastro Imobiliário (ICI):

**Art. 13º** - O contribuinte é obrigado a promover sua inscrição dentro do prazo de trinta 30 (trinta) dias, contados da:

I - Convocação eventualmente feita pela Prefeitura;

II - Demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no terreno;

III - Aquisição ou promessa de compra de terreno;

IV - Aquisição ou promessa de compra de parte do terreno, não construída, desmembrada ou ideal;

V - Posse do terreno exercida a qualquer título.

**Art. 14º** - Os responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer, no mês de Outubro de cada ano, ao Cadastro Fiscal Imobiliário, relação dos lotes que no decorrer do ano tenham sido alienados,





definitivamente, ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador e o endereço do mesmo, o número de quadra e de lote, a fim de ser feita a devida anotação no Cadastro Imobiliário.

**Art. 15º** - O Contribuinte omissor será inscrito de ofício, observado o disposto nesta Lei.

**Parágrafo Único** – Equipara-se ao contribuinte omissor o que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erros ou omissões dolosas.

#### SEÇÃO IV DO LANÇAMENTO

**Art. 16º** - O imposto será lançado anualmente, observando-se o estado do terreno em 1º de janeiro do ano a que corresponder o lançamento.

**Parágrafo Único** – Tratando-se de terreno no qual sejam concluídas obras durante o exercício, o imposto será devido até o final do ano em que seja expedido o “Hábite-se”, em que seja obtido o “Auto de Vistoria”, ou em que as construções sejam efetivamente ocupadas.

**Art. 17º** - O Imposto será lançado em nome do contribuinte que constar da inscrição.

§ 1º - No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda o lançamento será mantido em nome do promitente vendedor até a inscrição do compromissário comprador;

§ 2º - Tratando-se de terreno que seja objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, o lançamento será feito em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário;

§ 3º - O lançamento do Imposto será feito em parcela única com desconto de 30% para pagamento a vista até o último dia do mês de fevereiro, ou dividido em até 5 parcelas do valor total, referente nos meses de março, abril, maio, junho e julho;

**Art. 18º** - Nos casos de condomínio, existindo domínio indiviso, será lançado em nome de um dos condôminos ou em nome de todos, ficando cada uma das partes solidárias no pagamento do tributo.





**Art. 19º** - O lançamento do imposto será distinto, em para cada unidade autônoma, ainda que contíguas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

**Art. 20º** - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal, o lançamento poderá ser revisto de ofício, aplicando-se, para a revisão, as normas.

§ 1º - O pagamento da obrigação tributária objeto de lançamento anterior será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte em consequência de revisão de que trata este Artigo.

§ 2º - O lançamento complementar resultante de revisão não invalida o lançamento anterior.

**Art. 21º** - O imposto será lançado independentemente da regularidade Jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do terreno, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do imóvel.

**Art. 22º** - O aviso de lançamento será entregue no domicílio tributário do contribuinte, considerando-se como tal o local indicado pelo mesmo.

§ 1º - As possíveis alterações no lançamento por omissão, vícios, irregularidades ou erros de fato, são feitas no decurso do exercício, por despacho da autoridade competente.

§ 2º - O eventual não recebimento do aviso de lançamento, não desobriga o contribuinte do pagamento do imposto, devendo o mesmo, quando não receber o aviso entrar em contato com o setor de arrecadação do município a fim de obter o referido documento.

§ 3º - Fica a Fazenda Municipal obrigada a dar ampla publicidade as datas do vencimento do imposto.

## SEÇÃO V DA ARRECADAÇÃO

**Art. 23º** - O Pagamento do imposto poderá ser feito em parcela única ou em até 05 (cinco) prestações divididas igualmente, nos vencimentos e locais





indicados nos avisos de lançamentos, observando-se entre o pagamento de uma e outra prestação o intervalo mínimo de trinta (30) dias.

**Art. 24º** - Nenhuma prestação poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.

§ 1º - Para efeito do pagamento, o valor do imposto será calculado de acordo com a Unidade Fiscal de Referência de Maurilândia – UFM, ocorrido entre a data do fato gerador e a do mês do pagamento de cada prestação, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º - Para efeito de pagamento, o valor do Imposto será atualizado monetariamente, na forma que dispõe esta Lei.

§ 3º - O parcelamento do tributo constitui uma concessão do FISCO pelo qual o contribuinte tem o direito de optar, porém, o inadimplemento de qualquer parcela poderá acarretar a perda do benefício.

**Art. 25º** - O Pagamento do imposto não implica reconhecimento, pela Prefeitura, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do terreno.

## SEÇÃO VI DAS PENALIDADES

**Art. 26º** - Ao contribuinte que não cumprir o disposto no **Art. 13º** será imposta a multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor anual do imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até a regularização de sua inscrição.

**Art. 27º** - Aos responsáveis pelo parcelamento do imposto a que se refere o **Art. 17º** que não cumprirem o disposto naquele artigo será imposta a multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor anual do imposto, até que seja feita a comunicação exigida.

**Art. 28º** - A falta de pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos aviso de lançamento sujeitará o contribuinte:

I - A correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal para a atualização do valor dos





créditos tributários;

**II** - A multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até 30 (trinta) dias do vencimento;

**III** - A multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 31º dia do vencimento;

**IV** - A cobrança de juros moratórios a razão de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o valor corrigido.

**Art. 29º** - A inscrição do crédito da Fazenda Municipal far-se-á com as cautelas previstas em legislação própria sobre Dívida Ativa.

## SEÇÃO VII DA ISENÇÃO

**Art. 30º** - As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para a sua concessão, que deve ser apresentado até o último dia útil do mês de dezembro de cada exercício, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte.

**§ 1º** - O requerimento de isenção, assinado pelo requerente ou por procurador devidamente constituído, deverá ser apresentado no setor de tributos municipais de Maurilândia do Tocantins/TO, acompanhado de:

**I** - documento comprovando a propriedade ou a posse do imóvel:

- a) matrícula atualizada do imóvel, ou;
- b) certidão dos registros imobiliários, ou;
- c) contrato de compra e venda registrado, ou;
- d) título de posse.

**II** - Certidão emitida pelos Cartórios de Registro de Imóveis do Município, atestando a existência e quantidade, ou a inexistência, de imóveis registrados em nome do(s) requerentes(s);

**III** - Cédula de Identidade, CPF e certidão atualizada de nascimento ou casamento;





**IV -** Comprovante de residência, tais como faturas de prestação de serviços públicos;

**V -** Declaração atestando, sob as penas da Lei, que reside no imóvel objeto do pedido de isenção, que não é proprietário de outro imóvel e que a soma dos seus rendimentos mensais não ultrapassa o valor de até 02 (dois) salários mínimos do ano vigente.

**VI -** Última declaração de Imposto de Renda, ainda que a declaração de Isento.

§ 2º - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se aquela documentação.

§ 3º - São isentos do pagamento do imposto, sob a condição de que cumpram as exigências legais, os proprietários, titulares de domínio útil que tenham cedido ou venham a ceder imóvel gratuitamente para uso exclusivo da União, Estados ou Municípios, ou suas autarquias abrangendo a isenção apenas a parte cedida.

§ 4º - As isenções de que trata o caput deste artigo, poderá ser estendida, a situações abaixo definidas:

**I –** Pertencentes a sociedades civis, sem fins lucrativos e destinado ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas, bem como as pertencentes a instituições que se destinem a congregar classes trabalhadoras com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação do seu nível cultural, físico ou recreativo;

**II –** Os declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, correspondente a parcela atingida pela mesma, no momento em que ocorrer a posse ou a ocupação efetiva, pelo poder desapropriante;

**III –** Mediante parecer da Secretária de Assistência Social:

a) Pessoas com patologias neoplasia em estado avançado;

b) Portador do HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana);





c) Imóveis cuja contribuinte seja inscrito no programas sociais do Governo;

**IV** – Pertencentes a educandário, hospitais e casas de saúde quando na forma regulamentar concordarem e impor a disposição do Município, serviços no valor da isenção concedida;

**V** – Aposentados com idade de 60 anos ou mais, e pensionistas que em seu nome:

a) tenha um só imóvel de uso estritamente residencial, e nele resida;

b) com rendimento mensal de até dois salários mínimos.

§ 5º - Os contribuintes que estiverem em débito com a Fazenda Municipal, ficam impedidos de receber dela créditos de qualquer natureza, participar de licitação, bem como gozarem de benefícios fiscais, certidões negativas de qualquer natureza.

## SEÇÃO IX DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS

**Art. 31º** - Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

§ 1º - Os títulos da dívida pública serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

§ 2º - Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§ 3º - O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

§ 4º - O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros,





observando-se, nesses casos, o devido procedimento licitatório.

§ 5º - Ficam mantidas para o adquirente de imóvel nos termos do §4º as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas nesta Lei.

## **SEÇÃO X**

### **DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS**

**Art. 32º** - O Prefeito Municipal poderá constituir uma Comissão de Avaliação de Imóveis, composta de 5 (cinco) membros a saber:

**I** – 3 (três) representantes da Prefeitura Municipal, indicados por portaria do Prefeito Municipal.

**II** – 1 (um) representante dos contribuintes, mediante indicação das entidades de classe, com representação no Município.

**III** – 1 (um) representante da Câmara Municipal, indicado pelo Presidente da Câmara, não podendo a indicação recair sobre os Vereadores.

§ 1º - Os indicados para compor referida comissão, preferencialmente, deverão ser profissionais habilitados na área, ou ter conhecimento do mercado imobiliário.

§ 2º - Para cada membro efetivo deve ser indicado um suplente, que na ausência deste o substituirá.

§ 3º - Após constituída, a Comissão reunir-se-á, para escolher entre seus membros um Presidente e um Secretário.

§ 4º - Incumbe-se a Comissão das seguintes atribuições:

**I** – Acompanhar o levantamento do cadastro técnico, com vistas a atualizá-lo a realidade econômica;

**II** – Promoverá, sempre que necessário, através de regulamento, as alterações necessárias à atualização da Planta Genérica de Valores, que será aplicada somente no exercício seguinte ao da sua aprovação.





**III – Prestar as informações que forem solicitadas com relação ao assunto;**

**IV – Praticar quaisquer outros atos para o fiel cumprimento de suas atribuições.**

**§ 5º - O resultado dos trabalhos da Comissão, constarão de ata a ser apresentada ao Chefe do Poder Executivo, ou a quem este delegar competência, para fins de homologação dos trabalhos da Comissão.**

**§ 6º - A avaliação de imóveis, para os efeitos, poderá ser feita com base nos indicadores técnicos das tabelas e plantas de valores aprovados por portaria do Poder Executivo, ou por arbitramento, no caso do contribuinte impedir o levantamento dos elementos integrantes dos imóveis, e se o imóvel se encontrar fechado o inabitado e não ocorrer a localização do seu proprietário.**

**§ 7º – A comissão será constituída em caráter provisório e seus membros não serão remunerados.**

## **SEÇÃO XI DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES**

**Art. 33º - A apuração do valor venal, para fins de lançamento do imposto predial e territorial urbano, será feita conforme ANEXO III.**

**Art. 34º - Os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno serão determinados em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:**

**I - Características do local em que se situa o imóvel;**

**II - Outros dados informativos tecnicamente reconhecidos.**

**Art. 35º - Na determinação do valor venal não serão considerados:**

**I - O valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, embelezamento ou comodidade;**

**II - As vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão.**






**Art. 36º** - No cálculo do valor de terreno, no qual exista prédio em condomínio, além dos fatores de correção aplicáveis, será utilizada, como fator, a fração ideal correspondente a cada unidade autônoma.

**Art. 37º** - As disposições constantes desta seção, são extensivas aos imóveis localizados nas áreas urbanizáveis e de expansão urbana.

**Art. 38º** - Revogadas as disposições em contrário, referente ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e seus anexos, contidas na Lei Complementar nº 001/2007 de 14 de dezembro de 2007, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026.

**Art. 39º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições.

**GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAURILÂNDIA DO TOCANTINS**, aos 10 dias do mês de Novembro de 2025'.

  
**AGUIAR COUTINHO DE FRANÇA**  
Presidente da Câmara Municipal  
CPF:007.015.531.38